



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

**Nesta edição 8 matérias**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, segunda-feira, 28 de maio de 2012**

<b>DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS</b>	
Indústria nacional deve ter um ano melhor que o esperado .....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b>	
Queda dos juros facilita captações e investimento .....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b>	
PT arrecada 89,5% das doações de empresas em 2011 .....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b>	
Empresas encaram alta dos custos .....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE PERNAMBUCO</b>	
Governo Federal triplica gastos .....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>CORREIO BRAZILIENSE</b>	
Quarenta anos da indústria no DF .....	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O POVO</b>	
Política de incentivos fiscais mostrou ser insuficiente.....	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b>	
Brasil pode perder a onda do comércio .....	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DCI - <b>COMÉRCIO</b> , INDÚSTRIA E SERVIÇOS	EDITORIA
	TÍTULO <b>Indústria nacional deve ter um ano melhor que o esperado</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

## SÃO PAULO

As perspectivas de crescimento da indústria, em 2012, estão mais cautelosas do que o mercado esperava. De acordo com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, o incremento deve ser menor que o projetado para o Produto Interno Bruto (PIB), não ultrapassando os 2,5%. Porém, um alívio poderá vir do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo o presidente da entidade, Luciano Coutinho, os investimentos em inovação dos processos produtivos devem aumentar em torno de 40% neste ano em relação a 2011.

"Os desembolsos para inovação devem ficar na casa dos R\$ 5 bilhões em 2012", afirmou Coutinho na última sexta-feira, durante encontro na CNI com empresários para discutir o tema. Ele destacou que, apesar da turbulência internacional, o País poderá retomar e até acelerar a sua economia ainda neste ano. "Temos todas as opções nas mãos para ter um crescimento sustentável em 2012", disse Coutinho.

O cenário para a indústria, porém, continua contido, na opinião do presidente da CNI. "Tudo indica que a segunda metade do ano será um pouco melhor do que a primeira. Até porque o primeiro semestre foi muito ruim", disse Andrade.

O presidente da Braskem, Carlos Fadigas, afirmou durante o encontro que a empresa ainda "não sentiu os efeitos da crise europeia". Destacou, porém, que o ritmo dos negócios "não tem acelerado nem retrocedido".

Para o presidente da Fiat do Brasil, Cledorvino Belini, o momento ainda é de expectativa. Segundo o executivo, a montadora não fechou as projeções de crescimento para 2012. Ele afirma que a Fiat deve compilar os dados junto à Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) no meio do ano. "Só teremos as perspectivas quando tivermos uma visão mais clara do mercado em função de todas essas medidas que foram divulgadas pelo Governo Federal", afirmou Belini.

O executivo da Fiat adianta, no entanto, que o pacote para o setor automotivo deve contribuir para desencalhar os automóveis que estão acumulados na indústria. "Sem dúvida nenhuma, a tendência é que os estoques sejam reduzidos, o

que deve gerar um bom crescimento do mercado interno", acredita Belini. Sobre as vendas no Brasil, o presidente da Fiat é categórico. "Nossos objetivos são os resultados que, entre outros fatores, também envolvem a liderança de mercado", diz.

De acordo com o presidente da Bosch América Latina, Besaluel Botelho, a indústria de autopeças passa por um momento crítico. Porém, o quadro deve melhorar. "Estamos confiantes que, no segundo semestre, teremos uma reação do setor em relação ao começo do ano", afirmou Botelho.

A previsão de crescimento da Bosch para 2012, no Brasil, era de 5% no início do ano, o que Botelho considera como bom. Porém, ele explica que os últimos quatro meses foram difíceis, com queda forte dos volumes de vendas. Ainda assim, o executivo acredita que a meta será cumprida. "Estamos apostando em uma reação nos próximos meses", disse Botelho.

## SÃO PAULO

As perspectivas de crescimento da indústria, em 2012, estão mais cautelosas do que o mercado esperava. De acordo com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, o incremento deve ser menor que o projetado para o Produto Interno Bruto (PIB), não ultrapassando os 2,5%. Porém, um alívio poderá vir do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo o presidente da entidade, Luciano Coutinho, os investimentos em inovação dos processos produtivos devem aumentar em torno de 40% neste ano em relação a 2011.

"Os desembolsos para inovação devem ficar na casa dos R\$ 5 bilhões em 2012", afirmou Coutinho na última sexta-feira, durante encontro na CNI com empresários para discutir o tema. Ele destacou que, apesar da turbulência internacional, o País poderá retomar e até acelerar a sua economia ainda neste ano. "Temos todas as opções nas mãos para ter um crescimento sustentável em 2012", disse Coutinho.

O cenário para a indústria, porém, continua contido, na opinião do presidente da CNI. "Tudo indica que a segunda metade do ano será um pouco melhor do que a primeira. Até porque o primeiro semestre foi muito ruim", disse Andrade.

O presidente da Braskem, Carlos Fadigas, afirmou durante o encontro que a empresa ainda "não sentiu os efeitos da crise europeia". Destacou, porém, que o ritmo dos negócios "não tem acelerado nem retrocedido".

Para o presidente da Fiat do Brasil, Cledorvino Belini, o momento ainda é de expectativa. Segundo o executivo, a montadora não fechou as projeções de crescimento para 2012. Ele afirma que a Fiat deve compilar os dados junto à Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) no meio do ano. "Só teremos as perspectivas quando tivermos uma visão mais clara do mercado em função de todas essas medidas que foram divulgadas pelo Governo Federal", afirmou Belini.

O executivo da Fiat adianta, no entanto, que o pacote para o setor automotivo deve contribuir para desencastrar os automóveis que estão acumulados na indústria. "Sem dúvida nenhuma, a tendência é que os estoques sejam reduzidos, o que deve gerar um bom crescimento do mercado interno", acredita Belini. Sobre as vendas no Brasil, o presidente da Fiat

é categórico. "Nossos objetivos são os resultados que, entre outros fatores, também envolvem a liderança de mercado", diz.

De acordo com o presidente da Bosch América Latina, Besaluel Botelho, a indústria de autopeças passa por um momento crítico. Porém, o quadro deve melhorar. "Estamos confiantes que, no segundo semestre, teremos uma reação do setor em relação ao começo do ano", afirmou Botelho.

A previsão de crescimento da Bosch para 2012, no Brasil, era de 5% no início do ano, o que Botelho considera como bom. Porém, ele explica que os últimos quatro meses foram difíceis, com queda forte dos volumes de vendas. Ainda assim, o executivo acredita que a meta será cumprida. "Estamos apostando em uma reação nos próximos meses", disse Botelho.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Queda dos juros facilita captações e investimento</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Crédito Instrumentos permitem maior participação do setor privado**

**Carmen Lígia Torres**

**O setor privado não precisa mais colocar a mão no bolso para investir em infraestrutura no Brasil. As empresas já podem ir ao mercado, contando com as perspectivas positivas que estão sendo apontadas de queda sustentada da taxa de juro e de estabilidade macroeconômica.**

O dinheiro tá na mesa, garante Fernando Honorato Barbosa, economista-chefe da Bradesco Asset Management. Ele falou num dos painéis do 7º Encontro de Logística e Transportes realizado pela Fiesp.

Para Barbosa, o momento é excepcional, diante da grandeza de valores envolvendo a infraestrutura brasileira. Na Bolsa de Valores, o setor vale US\$ 286 bilhões, o que equivale a uma Bolsa de Valores do México, por exemplo, ilustra o economista.

Segundo seus cálculos, em 2002, 63% dos investimentos do setor privado eram feitos com recursos próprios. Atualmente esse número já está em 30%. Mercado de capitais, crédito bancário, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e captações externas ganharam espaço nos últimos dez anos. Há uma tendência de que esse percentual de capital próprio seja reduzido ainda mais, diante do aumento da oferta de bons instrumentos de financiamento de longo prazo, que passam a ser atrativos com a queda da taxa de juros.

A análise é de que, em cenário de juros altos, o papel de fomento do BNDES é essencial. Mas, se a economia for capaz de sustentar a queda das taxas no longo prazo, a senha está dada, diz o executivo do Bradesco.

Há uma expectativa de cairmos para 8% agora e sinalização de 4% em 2045, analisa. Antecipando-se a questionamentos ele argumentou: A taxa ainda é alta em relação à média mundial, mas muito atraente se olhada em perspectiva de tempo para a economia brasileira.

Entusiasta do atual momento econômico, mesmo diante das muitas más notícias e instabilidade nos mercados financeiros internacionais, Honorato relativiza até mesmo o

que a maioria dos economistas acredita ser uma grande desvantagem estrutural da economia brasileira, que é o baixo nível de poupança.

Austrália e Coreia do Sul são exemplos de países nos quais os baixos níveis de poupança interna não inviabilizaram investimentos, diz ele, com base nos estudos que mostram os níveis de poupança desses países similares aos do Brasil e que utilizaram esse capital para investimentos em infraestrutura e em educação.

Desde 2005, o Brasil já utiliza a poupança externa para investimento, sem que isso tenha gerado o déficit interno. Ele explica que o déficit é gerado quando a poupança externa é usada para o consumo das famílias. Quando o dinheiro externo vai para investimento produtivo, como é o caso da infraestrutura, o caminho está certo, explica.

Estudos elaborados por Barbosa mostram que o sistema financeiro tem, atualmente, o equivalente a 36% do Produto Interno Bruto (PIB) em depósitos em conta corrente, e mais o equivalente a 34,6% em Fundos de Investimentos. Esse dinheiro poderia migrar para a produção, especialmente em infraestrutura, com instrumentos de financiamentos adequados.

Exemplo de um instrumento desse tipo são as debêntures de infraestrutura, possíveis a partir da Lei 12.431, de junho de 2011. Os papéis são para captação de recursos de longo prazo com destinação específica para a infraestrutura e têm potencial de render ao país cerca de US\$ 20 bilhões ao ano. Para 2013, a projeção é que esse produto canalize de 0,75% a 1% do PIB para o setor, estima. Em sua visão, são necessários ajustes, como melhorias na liquidez e outros benefícios de atratividade que possam diferenciar o produto de outros investimentos para o aplicador em potencial, as seguradoras e fundos de pensão.

Fernando Camargo, sócio-diretor da LCA Consultores concorda que o setor privado tem muito que ampliar a participação no desenvolvimento da infraestrutura, com a agilidade e facilidades que tem em relação ao setor público. É notória a melhor qualidade e melhor nível de atendimento do gestor privado em relação ao gestor público, analisa.

Segundo ele, porém, o setor privado mostra certo acanhamento em relação à proposição de iniciativas de

inovação. Assim como são necessárias as inovações na **produção** de bens, também precisamos delas na área de prestação de serviços, para nos antecedermos às ofertas do poder público, disse Camargo. Em sua análise, há uma certa passividade. Ficamos esperando o governo lançar concessões e propor as soluções, mas para que o setor privado cumpra seu papel deve se renovar constantemente, para trazer retorno ao investidor, diz.

Segundo dados do **BNDES**, o banco de fomento deve encerrar 2012 com desembolsos entre R\$ 5,5 bilhões e R\$ 6 bilhões para projetos de logística e transportes de carga, valor que, se confirmado, significará um aumento de 30% sobre os R\$ 4,3 bilhões registrados em 2011.

A área de logística e transportes vem crescendo 30% ao ano na carteira de empréstimos do **BNDES**, nos últimos três a quatro anos, compensando, por seu lado, uma desaceleração nos desembolsos totais do banco de fomento federal nas áreas agropecuária, indústria, **comércio** e serviços. Segundo Adely Maria Branquinho das Dores, chefe do Departamento de Transportes e Logística da Área de Infraestrutura do banco, a diretriz interna é no sentido de buscar um reequilíbrio da matriz, fazendo com que os transportes ferroviário, de cabotagem e fluvial ganhem mais peso. (Colaborou Janes Rocha, do Rio)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PT arrecada 89,5% das doações de empresas em 2011</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Partidos Empreiteiras foram o setor que mais contribuiu para os petistas pagarem dívidas**

### Raphael Di Cunto

Dos R\$ 54,6 milhões dados por empresas para os 29 partidos políticos registrados na justiça eleitoral em 2011, o PT ficou com 89,5%. Naquele ano, o partido recebeu R\$ 50,1 milhões de 75 doadores, segundo prestação de contas entregue a Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As doações declaradas cumpriram as exigências da lei.

Com uma dívida de R\$ 53,9 milhões que só aumentava desde a campanha eleitoral de 2002, o PT recorreu aos tradicionais doadores para quitar os débitos e entrar na eleição municipal deste ano com um caixa mais folgado. Apelou para empreiteiras, bancos, empresas do setor alimentício e petroquímico e até para um empresário envolvido no mensalão do DEM no Distrito Federal.

Seu principal adversário, o PSDB, recebeu apenas R\$ 2,35 milhões - equivalente a 4,3% do total. O PMDB, segundo que mais arrecadou, ficou com 5,2% dos recursos distribuídos por empresas para financiar os partidos. A maioria das legendas sequer arrecadou recursos privados em 2011, ano em que não ocorreu eleição e em que o orçamento das siglas dependeu majoritariamente do fundo partidário.

O setor que mais contribuiu com o PT foram as empreiteiras, responsáveis por 45% dos R\$ 48,9 milhões que o partido recebeu da iniciativa privada, segundo levantamento do Valor no balanço da legenda. Esse também foi o setor com maior número de doadoras, 21, e com a líder em contribuição: a Andrade Gutierrez, com R\$ 4,6 milhões.

Fornecedoras de serviços e equipamentos para a Petrobras ficaram em segundo lugar, com 10,8% das doações, seguidas pelo agronegócio, com 10,3%. O setor petroquímico deu 9,9% dos recursos, com R\$ 4 milhões da Braskem, que tem a Petrobras entre as suas acionistas. Já o setor financeiro, que teve o Bradesco e BMG como doadores, responde por 7,9% das colaborações.

A Braskem disse, em nota, que contribui com partidos que demonstrem alinhamento com os compromissos da companhia em relação ao **desenvolvimento** nacional,

**regional** e do setor químico e petroquímico. O Bradesco não comentou e o BMG disse que doa para vários partidos.

Na lista, há companhias com contratos vultuosos com o **Governo Federal**. A cingapuriana Jurong Shipyard nem começou a construir seu estaleiro em Aracruz, no Espírito Santo, mas já deu R\$ 1 milhão para o PT. A empresa pretende atuar no setor de petróleo e gás, com a construção de navios e sondas de perfuração, produtos que tem como principal cliente a Petrobras. Procuradas, ambas preferiram não se pronunciar.

Em alguns casos, o governo tem até participação na empresas, como a JBS, em que o **BNDES**Par, braço de investimentos do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), tem 30,4%. Quinta maior doadora petista, a companhia disse, através de sua assessoria, que faz doações para todas as legendas. O **BNDES** é um investidor da JBS, assim como em outras empresas, respondeu.

O **BNDES** disse, em nota, que realizou 986 mil operações de crédito para empresas de todos os portes, então é natural que clientes do banco estejam entre as companhias que realizam doações a quaisquer partidos políticos.

De fato, a legislação permite que essas empresas doem tanto para candidatos quanto para partidos. As únicas restrições são os valores, que não podem ultrapassar 2% do faturamento do ano anterior, e que as doadoras não sejam concessionárias de serviços públicos. Esta regra, porém, tem alcance limitado, já que esses serviços costumam ser prestados por consórcios com outro CNPJ, o que permite à empresa doar em seu próprio CNPJ.

Entre as empresas que doaram estão ainda a Agropecuária Santa Bárbara, controlada pelo Grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, e a Ensin - Empresa Nacional de Sinalização e Eletrificação, de propriedade de Jorge Marques Moura e Labib Faour Avad, donos também da Consladel. Reportagem de 2009 do Fantástico, da TV Globo, mostrou um funcionário da Consladel negociando pagamento de propina para instalação de radares.

O Valor procurou os diretores da Consladel e da Ensin desde terça-feira, mas não obteve retorno até o fechamento

desta edição. O secretário nacional de Finanças, João Vaccari Neto, afirmou, em nota, que as doações são legais. O PT não é responsável pela conduta e pelos problemas fiscais das empresas doadoras. O PT cumpre rigorosamente o que determina a legislação atual com relação às doações partidárias, disse.

As doações de pessoas físicas representaram apenas 1,5% do total arrecadado. O percentual só não foi menor, porém, devido à contribuição de três grandes empresários: José Celso Gontijo, que é investigado no mensalão do DEM (leia abaixo) e deu R\$ 600 mil; Ronaldo de Carvalho, que é um dos donos da Drogaria São Paulo e contribuiu com R\$ 100 mil; e Benjamin Nazário Fernandes Filho, acionista majoritário da Benafar, uma das maiores distribuidoras de aço plano do país.

Vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Fernandes Filho disse que acompanha a política faz tempo e que doou R\$ 1 milhão como pessoa física. O PT enfrentava problemas financeiros por causa da campanha. Alguns amigos meus, que são do partido, pediram ajuda, conta o empresário, que diz ter doado também para a reeleição do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB). Era logo no começo do governo Dilma, e eu achava que ela estava tomando medidas muito efetivas. Queria que continuasse assim, por isso resolvi doar, diz.

A campanha que elegeu Dilma Rousseff (PT) presidente deixou uma dívida de R\$ 26,7 milhões em 2010. Essa conta foi absorvida pelo diretório nacional do PT, que estabeleceu o prazo interno de um ano para quitá-la, segundo Vaccari. O pedido para os empresários surtiu efeito e o partido teve uma receita extraordinária para um ano não eleitoral, de R\$ 109,9 milhões.

O valor é uma vez e meia maior do que o arrecadado em 2009, quando a receita do diretório nacional petista atingiu R\$ 44,8 milhões, e está bem acima do que as outras legendas arrecadaram no ano passado - segundo maior orçamento, o PMDB recebeu R\$ 44,5 milhões, contra R\$ 38,5 milhões do PSDB.

Parte do crescimento na receita deve-se ao aumento no fundo partidário - o PT, como o partido mais votado para a Câmara dos Deputados em 2010, tem direito à maior parcela, de R\$ 51 milhões. Outra parte, mais significativa, veio das doações. O PT arrecadou tanto porque a vida do partido continua normal. Os outros partidos não existem fora

dos anos eleitorais. O PT existe, faz eventos, palestras, manifestações, diz Vaccari.

Embora tenha reduzido a dívida do partido em 72% em comparação com 2010, o dinheiro, porém, ainda não foi suficiente para dizimá-la. No fim do ano passado ainda havia débito de R\$ 15,1 milhões, referente a contas e impostos não pagos ao **Ministério** da Fazenda, INSS, Prefeitura de São Paulo, a empresa TV a satélite Sky, agências de viagem e pequenos fornecedores.

O maior credor ainda é a Coteminas, do ex-vice-presidente José Alencar (morto em 2011). A empresa renegociou a dívida - de R\$ 5,7 milhões no fim de 2011- e recebe R\$ 300 mil por mês do PT. A dívida refere-se à confecção de 2,75 milhões de camisetas para a campanha de 2004, serviço que foi investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios sob a suspeita de que viesse de caixa dois, o que foi negado pelos envolvidos.

Outro investigado pelas relações com o PT, o BMG teve a dívida de R\$ 1,9 milhão quitada pelo partido em 2011. Ao mesmo tempo, doou R\$ 1 milhão para a legenda no ano passado. O banco foi investigado por supostamente ter participado do mensalão ao forjar empréstimos para o PT como forma de lavar dinheiro público desviado. A investigação não foi suficiente para que o PT voltasse a registrar empréstimo do banco.

A assessoria do BMG afirmou que nenhum de seus dirigentes faz parte da ação penal que se denominou de mensalão - eles respondem a outra ação, referente a suposta fraude no empréstimo, e que está separada da análise do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF). O Banco Rural, outro investigado, também teve a dívida de R\$ 1,87 milhão paga, mas não doou para o partido em 2011.

A receita extra também não foi suficiente para tirar o patrimônio líquido da sigla do vermelho. O passivo a descoberto, que era de R\$ 44,5 milhões em 2010, depois de ajustes feitos no ano passado, caiu para R\$ 6,4 milhões em 2011. Entretanto, o resultado ainda mostra que a soma de bens e recebíveis do PT é insuficiente para cobrir todas as suas dívidas.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Empresas encaram alta dos custos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Transportes Burocracia e restrições à circulação nas áreas urbanas pressionam os gastos

**Eduardo Belo**

### Para o Valor, de São Paulo

As empresas estão pagando pelo atraso logístico do país. A conta é elevada e não para de subir. Os custos logísticos médios na indústria já representam 8,5% do faturamento do setor, aponta estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Em alguns casos, o custo pode chegar a 12% do faturamento, dependendo do ramo de atividade, afirma Anselmo Riso, gerente de relações governamentais da Bosch e diretor de **comércio** exterior do Ciesp de Campinas. Riso foi um dos palestrantes do 7º Encontro de Logística e Transportes realizado pela Fiesp na semana passada.

Estudo do Banco Mundial revela que no **Brasil** as empresas são obrigadas a trabalhar com estoques três vezes maiores que a necessidade média a fim de compensar as ineficiências do sistema, revela Pedro Moreira, diretor adjunto da divisão de logística e transportes da Fiesp.

Na avaliação de Riso, as empresas brasileiras são altamente eficientes em logística do portão para dentro. Já fizeram de tudo para tornar-se competitivas nesse sentido. O que emperra a queda dos custos do portão da fábrica para fora é a burocracia, a falta de infraestrutura e a desregulamentação de algumas atividades. Segundo ele, um dos problemas brasileiros é que os portos não funcionam 24 horas por dia, encarecendo e retardando as operações.

O custo logístico representa 11,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, enquanto nos Estados Unidos, país com dimensões semelhantes, a participação é de apenas 6,9% do **PIB**, aponta Sérgio Biglioli, diretor de operações logísticas do Grupo Pão de Açúcar. Burocracia e infraestrutura deficiente fazem com que o transporte responda sozinho por 6,9% do **PIB** no Brasil. Nos EUA a taxa é de 5,4%. O mesmo se dá em relação aos estoques: 3,5% contra 2,1% do **PIB**.

De acordo com o estudo da Fiesp, a mão de obra participa com 10% a 15% do custo logístico. Esse item é agravado pela falta de qualificação dos profissionais. Já o

frete responde por 35%, mas essa participação tende a aumentar, principalmente com o aumento das restrições na circulação urbana. Depois de ter sido adotado em São Paulo, o modelo agora chega às cidades do interior. No segundo semestre começa a funcionar em Campinas (SP) a restrição à circulação de caminhões de grande porte semelhante à implementada na capital paulista.

Restrições dessa natureza são uma das maiores dores de cabeça do **comércio**. O Pão de Açúcar, por exemplo, enfrenta questões como abastecer uma loja da rede em apenas duas horas na cidade de São Paulo, devido à combinação de limites de horários de tráfego, tamanho de veículo e questões como lei do silêncio e horário de atendimento. A logística hoje, no Brasil, é ineficiente e custa caro, afirma Biglioli. O executivo defende que o setor tem de deixar de ser reativo para se tornar interativo. Biglioli acredita que a solução dos problemas logísticos brasileiros passe pela discussão e decisões conjuntas entre governo, sociedade, empresas e entidades de classe.

O Pão de Açúcar já busca alternativas para reduzir custos. Uma delas é utilizar a navegação de cabotagem, cerca de 20% mais barata, para enviar produtos para o Nordeste - região de maior crescimento nas vendas. O problema é que a operação pode durar 15 dias. Além de longo, esse prazo não permite o uso mais intenso do modal. Cerca de metade da carga do Pão de Açúcar é de alimentos, a maior parte perecível.

Por falta de fornecedores locais, 40% dos produtos vendidos no Nordeste saem de São Paulo, segundo a empresa. Para minimizar o problema, ainda este ano os **importados** destinados à região começaram a ser desembarcados diretamente nos portos de Pernambuco e Ceará.

A infraestrutura é uma das grandes causas da ineficiência, afirma Nelson Fernandes Jr., presidente no **Brasil** do grupo logístico francês Geodis. Segundo ele, o desafio é construir infraestrutura, acabar com a má qualidade de asfalto nas rodovias e melhorar a qualificação da mão de obra, incluindo os caminhoneiros.

	VEÍCULO FOLHA DE PERNAMBUCO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo Federal triplica gastos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Verba do Tesouro Nacional vai para bancos financiarem setores estratégicos

BRASÍLIA - As políticas de estímulo à economia da administração petista fizeram disparar uma despesa que, até então, tinha participação discreta no Orçamento federal. Trata-se dos subsídios e subvenções econômicas, que, na maior parte dos casos, são verbas entregues pelo Tesouro Nacional a bancos para permitir financiamentos com juros favorecidos a setores considerados estratégicos. Habitação, exportações e compra de máquinas pela indústria, por exemplo.

Uma pesquisa nos registros dos gastos federais neste ano mostra que, de janeiro a abril, os subsídios consumiram R\$ 11,9 bilhões em recursos da arrecadação de impostos, quase o triplo dos R\$ 4,3 bilhões do primeiro quadrimestre de 2011. E mais que o dobro do gasto em todo o ano de 2010. Os desembolsos chegaram a superar o montante destinado às obras de infraestrutura, que, na teoria, são a prioridade orçamentária desde o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, início do segundo Governo Lula.

A escalada tem sido puxada pelo programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que responde por pouco mais da metade das despesas. Mas também tiveram forte alta subvenções destinadas, nos exemplos mais volumosos, à agricultura e aos investimentos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social(**BNDES**).

Há um potencial de expansão ainda maior dos gastos. Há cerca de R\$ 20 bilhões em subsídios ainda a serem pagos, relativos a previsões do Orçamento deste ano e a compromissos remanescentes de anos anteriores. Mais de 80% do valor liberado neste ano, aliás, são de despesas criadas a partir do agravamento da crise econômica mundial. Esse

dinheiro vinha sendo repesado para facilitar o cumprimento das metas fiscais do Governo.

Em 2009, quando o Produto Interno Bruto encolheu pela primeira vez em quase duas décadas, foram lançados os dois programas que impulsionam a expansão dos subsídios federais: o Minha Casa Minha Vida e o Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

No primeiro, prometeu-se entregar três milhões de moradias para a população de baixa renda, com grande parte dos custos dos financiamentos bancados pelo Tesouro. A reabilitação dos subsídios para a habitação foi destacada na campanha eleitoral da presidente Dilma Rousseff, em 2010. No segundo, o governo injetou recursos no **BNDES** para alavancar os investimentos das empresas em máquinas e inovação tecnológica. As subvenções oficiais permitiram a cobrança de juros abaixo do mercado nas operações do banco.

Até o último ano, no entanto, os desembolsos para os dois programas ficaram muito abaixo das previsões orçamentárias. Em 2011, o Minha Casa recebeu R\$ 7,7 milhões dos R\$ 12,7 bilhões orçados; o **BNDES**, exatos R\$ 429 milhões de R\$ 4,2 bilhões autorizados na lei orçamentária. Neste ano, com o lançamento do Plano Brasil Maior, de incentivo ao setor industrial, a equipe econômica ampliou a vigência e o volume de operações do PSI.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Quarenta anos da indústria no DF</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**A Semana da Indústria, festejada com a data-chave do Dia da Indústria, 25 de maio, teve suas comemorações iniciadas em Brasília no dia 23 último, quando a Câmara Legislativa do Distrito Federal homenageou, em sessão solene, o 40º aniversário da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra).**

Na ocasião, a Fibra lançou e entregou a deputados distritais e autoridades do GDF a Agenda Legislativa da Indústria, já em sua 10ª edição, como instrumento de diálogo entre o setor produtivo e o Poder Legislativo local, no sentido de analisar os projetos que impactam positivamente a indústria do Distrito Federal. E também o perfil dos deputados distritais com o posicionamento de cada um sobre o **desenvolvimento** econômico do DF.

A Fibra representa **importante** fatia da cadeia produtiva, a indústria, que hoje emprega 140 mil trabalhadores e concentra cerca de 10% do **PIB** do Distrito Federal. Nossa credibilidade no cenário econômico e político da capital da República nos permite ousar e traçar novos horizontes; porém, com apenas 52 anos de Brasília, temos muito o que aprender e empreender.

A Federação das Indústrias do DF foi fundada em 1972. Desde então, acompanha as principais transformações do país e participa ativamente daquelas que colocariam Brasília em **importantes** patamares. Afinal, temos a maior renda per capita brasileira, a melhor qualidade de vida do país e somos a 7ª economia. A nossa autonomia política, fruto da Constituinte de 1988, permitiu ao DF ter, a partir de 1990, um governador eleito e sua casa legislativa, que abriu as portas para homenagear a indústria, sendo palco de ideias e deliberações de assuntos de alta relevância para a jovem cidade.

Duas bandeiras nos inspiram: diálogo e transparência. O diálogo foi conquistado com a vitória da Constituinte, e a transparência é o que em 21 de setembro construímos com nossas ações. Exemplo é o lançamento da Agenda Legislativa da Indústria do Distrito Federal, documento que nasceu há 17 anos na Confederação Nacional da Indústria (CNI) e que, em âmbito local, completa uma década, tornando-se uma referência quanto ao posicionamento do setor industrial a

respeito de temas e propostas em debate. Ela traduz parte **importante** da defesa de interesses, com um diálogo transparente, construído por meio de um processo colaborativo e democrático, que reflete o pensamento dos 10 sindicatos que compõem a Fibra.

Neste ano, lançamos também o perfil dos deputados distritais (legislatura 2011-2014), publicação que agrega e complementa a agenda, pois, tal qual uma página de rede social, traz um retrato da opinião dos distritais sobre os temas de maior impacto para o setor industrial. Assim, os empresários poderão conhecer mais e melhor as prioridades dos parlamentares em relação ao fortalecimento da indústria do DF.

Em tempos de Facebook, diante de deputados antenados e atuantes na internet, encontro cenário favorável para fazer uma analogia entre esse perfil e uma rede social. Observamos quem curte, comenta e compartilha temas **importantes** para nosso cotidiano, como política industrial, geração de emprego, **desenvolvimento** sustentável, inovação tecnológica, infraestrutura e incentivos, entre outros. Bom exemplo é que todos são unânimes em afirmar que a industrialização do Distrito Federal é urgente, necessitando de um programa de **desenvolvimento** específico para a indústria. A Fibra vem trabalhando na identificação das necessidades e no estudo de um programa que garanta ao empresário um ambiente seguro para o investimento.

No 40º aniversário da Fibra, rendemos uma homenagem aos ex-presidentes Francisco Aguiar Carneiro, Francisco Leocádio Araujo Pinto, Nabor César Siqueira, Cássio Aurélio Branco Gonçalves, Antônio Fábio Ribeiro e Lourival Novaes Dantas. É a indústria que gira a engrenagem da economia. Por esse motivo, temos que estar atentos para a realidade econômica que vive o país e o Distrito Federal. Os incentivos que forem concedidos ao setor serão convertidos em geração de postos de trabalho e ao exercício da cidadania.

Desaceleração não impacta projetos de expansão no Estado

Uma ampliação de quase 6 mil metros quadrados de área e a criação de uma nova incubadora empresarial. Esses são alguns dos projetos em execução num dos mais

**importantes** parques de tecnologia do Rio Grande do Sul, o Tecnosinos, em São Leopoldo, premiado nesta edição do Destaques do Ano. Segundo a diretora do centro, Suzana Kakuta, a projeção das 74 empresas que funcionam junto ao campus da Unisinos é alcançar uma ampliação média de 20% no faturamento neste ano.

Igual otimismo demonstra o presidente da Celulose Riograndense, que na semana passada começou os trabalhos na Sala do Empreendedor - onde o governo do Estado centraliza negociações para viabilizar investimentos no Rio Grande do Sul. Estamos montando o funding, considerando o que vamos comprar localmente e o que precisamos trazer de fora, mas a verdade é que as opções de financiamento são muitas e a solidez do investidor que controla a companhia faz com que essa não é essa a preocupação central, disse Walter Nunes, presidente da empresa, ao ser questionado sobre a possibilidade de a nova fábrica de celulose em Guaíba ser beneficiada com o Fundopem.

O executivo disse que sua meta é firmar o protocolo de intenções com o governo do Estado até 31 de julho, já que ele tem marcada para 31 de agosto a reunião de análise do investimento junto ao grupo chileno CMPC, que controla a companhia. Segundo ele, até lá, além da questão financeira, serão definidos os arranjos logísticos e a formação de mão de obra - uma vez que a ideia inicial é contratar localmente até 8 mil trabalhadores durante a construção e gerar cerca de 16 mil empregos diretos e indiretos com a operação.

Formamos, na Sala do Investidor, grupos de trabalho que estão vendo os detalhes. Mas acredito que teremos o acordo firmado antes do final de julho, disse ele, que aponta como possível data para começo da operação o dia 1 de janeiro de 2015.

A necessidade de mão de obra, debatida no projeto da Celulose Riograndense, foi também um dos fatores indicados por Suzana Kakuta como de maior relevância para que novos investimentos cheguem ao Tecnosinos. Segundo ela, esse é o ponto mais sensível - ao lado da questão de espaço físico. Cerca de 40% dos 4 mil empregos gerados no Tecnosinos são para profissionais de nível médio. Temos uma rede de formação na região, onde se destacam algumas escolas técnicas, que nos ajudam a suprir essa demanda. Mas o fato é que precisaríamos de quase 2 mil novos técnicos ao ano, mas a formação fica entre 400 e 500 profissionais, disse a executiva ao lembrar que uma vez nas empresas, as pessoas são estimuladas a seguir estudando. Muitas passam pela graduação e outras chegam ao Mestrado.

A diretora afirmou que, apesar dessa demanda maior que a formação de profissionais, a perspectiva no parque tecnológico é de crescimento. A demanda de novas empresas que querem ser sediadas no Tecnosinos é constante, disse.

Regras contábeis também favorecem investimentos, diz presidente do CRC-RS

O ganho de confiança que o **mercado** financeiro teve a partir das demonstrações do exercício fiscal de 2010 está chegando às empresas de médio e pequeno porte, segundo o presidente do Conselho **Regional** de Contabilidade do Estado (CRCRS), Zulmir Breda. O que tende, segundo o dirigente, a pressionar para baixo os juros e a tornar mais fácil a tradução do otimismo em investimentos. Isso porque as regras do padrão internacional IRFS começaram a ser adotadas também por essas companhias em suas demonstrações contábeis. Como as novas regras avaliam o patrimônio pelo valor justo (de **mercado**), os resultados tendem a ser mais precisos e, com isso, as taxas de juros cobradas a essas empresas podem ser reduzidas, explicou o dirigente.

Indústria nacional prevê retomada no segundo semestre

As medidas do **Governo Federal** para estimular a indústria têm sido recebidas com otimismo pelos dirigentes do ramo. A queda nos juros e a desoneração da folha de pagamentos para uma série de segmentos são alguns dos fatores comemorados, assim como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). As atitudes dão um alento para que o setor produtivo recupere fôlego e risque a palavra desindustrialização do seu dicionário. Mesmo assim, o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Heitor José Müller, acredita que ainda restam desafios pendentes tanto no Estado quanto no País.

Uma das preocupações de Müller é a pressão exercida pela Argentina para que empresas gaúchas se instalem na nação vizinha. No intuito de tentar encaminhar uma alternativa para esse impasse, o industrial planeja uma visita a Brasília, nesta semana, para conversar com representantes do **Governo Federal**. O **Brasil** precisa equacionar isso com a Argentina, porque eles não estão respeitando nem um pouco o acordo do **Mercosul**. E o Rio Grande do Sul é o maior prejudicado com essa história, enfatiza.

O presidente da Fiergs avalia que a presidente Dilma Rousseff tem demonstrado coragem através das medidas pontuais de proteção à indústria. No entanto, para ele, os resultados tendem a ser obtidos gradualmente. Algumas medidas precisam de uma maturação longa, como a redução

dos juros. Não é de um dia para o outro que vamos melhorar a competitividade. Mas, entendemos que, pelas ações tomadas, vamos ter um segundo semestre melhor, acredita Müller. Além disso, ele saúda iniciativas como a salvaguarda do vinho e pede a inclusão das agroindústrias nos benefícios concedidos pelo Executivo.

O ex-governador do Estado Olívio Dutra destaca a diversificação da indústria nacional, através da busca de nichos de **mercado** distintos, como um ponto a ser mais bem trabalhado. Nos últimos anos, as relações do **Brasil** para comprar, vender e intercambiar vem sendo diversificadas, mas é preciso afirmar uma política para nos relacionarmos melhor com outros países, diz. Com relação à política industrial gaúcha anunciada no final de março pelo governo do Estado, Olívio acredita que o plano é um bom caminho e classifica uma prioridade: Precisamos interiorizar o **desenvolvimento** sustentável, aponta.

O ex-governador lembra que é necessária a correção de algumas situações existentes. Ainda estamos com uma pauta de **exportação** muito ligada às commodities. Além disso, no Rio Grande do Sul, **exportamos** couro e **importamos** calçados. Ou seja, são coisas que precisam ser aperfeiçoadas, diz.

A qualificação do setor produtivo passa, necessariamente, pela educação. Essa é a tese defendida por Pedro Fagherazzi, presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos - Seccional Rio Grande do Sul (ABRH-RS). Não falta mão de obra para a indústria. Pessoas existem, mas falta qualificação. Essa situação é fruto de um descuido de muitos anos dos nossos governos, analisa. No caso do Rio Grande do Sul, Fagherazzi afirma que o problema da educação precária existe, mas em menor intensidade em

relação a outras regiões brasileiras. Aqui também falta educação mais qualificada, mas na comparação com o Nordeste, por exemplo, somos melhores. Porém, hoje estamos perdendo alguns investimentos para os estados nordestinos, opina Fagherazzi.

**Comércio** e serviços são beneficiados com aquecimento do consumo

O presidente da Federasul, Ricardo Russowsky, que possui larga experiência no sistema financeiro e ostenta duas passagens pelo comando do Banrisul no currículo, diz que sempre que se percebe uma corrida atrás da valorização do **dólar** é sinal de que a preocupação está em alta. Entretanto, segundo o executivo, a redução das taxas de juros, além de afetar a economia como um todo, causou efeito sobre os investidores externos que passaram a retirar parte do capital estrangeiro do País. Há sinalizações do Banco Central no sentido de tentar reequilibrar essas ações, mas acreditamos que a política deve continuar. E, como representamos o **comércio** e os serviços, toda a baixa de juros, alongamento de prazos e os incentivos ao consumo são benéficos e nos ajudam muito, analisa.

O presidente da Associação Gaúcha de Super**mercados** (Agas), Antônio Cesa Longo, ressalta a necessidade de conscientizar o **comércio** sobre os benefícios de uma indústria nacional fortalecida. Temos um setor forte unicamente porque contamos com uma grande indústria alimentícia no suporte. Por isso, defendemos a desoneração de impostos e os incentivos à indústria. A nossa pauta de reivindicações costuma ser comum.

	VEÍCULO O POVO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Política de incentivos fiscais mostrou ser insuficiente</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para promover o desenvolvimento, os Estados do Nordeste passaram a utilizar, há muitos anos, os incentivos fiscais, modelo que acabou por criar a chamada "guerra fiscal". Por um lado, mecanismo atraiu empresas e gerou empregos. Por outro, foi insuficiente para reduzir as desigualdades sociais, inclusive entre os próprios Estados da região.

Durante a década de 1980 e até a metade dos anos 1990, as políticas de planejamento e desenvolvimento regional foram abandonadas no Brasil. Para construir políticas industriais próprias, Estados brasileiros se esforçaram para promover o seu próprio desenvolvimento, basicamente por meio de incentivos fiscais, a partir do ICMS. "A falta uma política capaz de orientar a política industrial de maneira articulada com os Estados degenerou numa guerra fiscal e isso é um elemento que não contribui para o processo de desenvolvimento", afirma o secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, Sérgio Duarte de Castro.

Em que pesem os problemas gerados, a política dos incentivos fiscais teve um efeito importante do ponto de vista de promover a desconcentração econômica. Ceará, Pernambuco e a Bahia foram os mais beneficiados com a política de incentivos que investiu, entre 2004 e 2011, cerca de R\$ 96 bilhões.

O economista Lima Matos diz que, na falta de uma política regional, os Estados criaram proteções. Para ele, tem que ter uma política que distinga o Nordeste, já que é preciso tratar desigualmente os desiguais.

Ele lembra que a maior parte dos recursos dos fundos setoriais é aplicada no Sul e no Sudeste. "Quando vem um fundo setorial aplicar no Brasil, acaba sobrando para aplicar no Sul e no Sudeste, porque tem mais doutores e mais empresas para aplicar", diz Matos. Para ele, o desafio é distribuir os recursos proporcional e justamente. "Não precisa

discutir uma regionalização do passado, mas que se crie uma política nacional que inclua o Nordeste.

O presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Jurandir Santiago, entende que é necessária uma ampla reforma fiscal, que considere também a questão regional. Comenta que, ao longo dos anos, as decisões de projetos de infraestrutura públicos se concentraram no Sudeste/Sul, bem como os investimentos, e acrescenta que isso fez com que outras empresas se instalassem no entorno dali e, portanto, aquela região se desenvolvesse com muito mais velocidade que outras. "Por isso, estamos vivendo a guerra fiscal. Alguns estados se veem obrigados a adotar um regime fiscal diferenciado para possibilitar uma mínima condição de competitividade", afirma.

Ele considera que essa "competição", entre os próprios Estados na região Nordeste é extremamente prejudicial para o desenvolvimento da região. "Ao invés de termos Estados unidos, os governos são obrigados a adotar medidas que eventualmente beneficiam a si mas que podem vir a prejudicar o outro". (Andreh Jonathas )

#### O quê

#### ENTENDA A NOTÍCIA

O POVO mostra, desde ontem, reportagem especial sobre as políticas de desenvolvimento pensadas para a região Nordeste, com suas incompletudes e polêmicas. A guerra fiscal faz parte dessa história.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Brasil pode perder a onda do <u>comércio</u></b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

## ANÁLISE

### Falta de competitividade e custo alto de produção podem deixar país fora do comércio mundial

O cenário do comércio mundial está mudando. A crise na Europa e a fraca recuperação da economia dos Estados Unidos tirou a liderança do comércio internacional dos países desenvolvidos. Agora, os emergentes estão ganhando maior participação no mercado internacional.

A China, por exemplo, já é o maior parceiro comercial do Brasil, um posto que foi ocupado por anos pelos Estados Unidos. "Os países em desenvolvimento devem ser os novos grandes participantes do comércio mundial nos próximos anos. Essas mudanças acontecem a cada 50 anos", diz Evaldo Alves, professor e coordenador do curso de comércio exterior do PEC-FGV (Programa de Educação Continuada da Fundação

Getúlio Vargas). Mas talvez o Brasil perca a chance de estar entre os grandes exportadores.

Entre os emergentes, o maior concorrente brasileiro é a China. Os chineses têm baixo custo de produção e produtos com preços competitivos no mercado internacional. "Já o Brasil tem problemas estruturais que impedem o aumento da competitividade nas exportações. A infraestrutura é precária, a qualificação da mão de obra é baixa e a carga tributária é elevadíssima", diz Luciano Rostagno, estrategista-chefe do WestLB. A Índia também é um concorrente importante. Os analistas projetam retração no volume de comércio internacional nos próximos anos por conta da crise financeira internacional.